

## IBAMA - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/SC

**Estudo Técnico Preliminar 1/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 02026.001151/2026-60

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A presente contratação surge da necessidade de prover, ao Ibama em Santa Catarina, a prestação de serviço de vigilância armada, de forma continuada, em seu edifício próprio, localizado na Avenida Mauro Ramos, em Florianópolis.

2.2. As instalações e os bens patrimoniais vinculados à Superintendência do Ibama em Florianópolis necessitam de proteção, por meio de postos de vigilância armada, bem como de controle da movimentação de pessoas e veículos que demandam àquelas Unidades. Assim, os serviços de vigilância armada deverão ser prestados mediante a contratação de empresa especializada do ramo, regularmente autorizada pelos Órgãos competentes, com vigilantes por ela contratados, detentores de curso de formação específica, e em conformidade com a legislação pertinente.

2.3. Em virtude do final do prazo de vigência da atual contratação, se faz necessária a realização de nova licitação, de modo a evitar solução de continuidade do serviço.

2.4. Não foram identificadas inconsistências nas contratações anteriores de mesma natureza realizadas pelo Ibama /SC.

2.5. A contratação está alinhada aos planos institucionais do Ibama em Santa Catarina, por meio da manutenção de serviços essenciais (vigilância patrimonial/ostensiva).

2.6. Pretende-se, assim, manter o quadro acessório, instrumental e complementar necessário ao cumprimento da missão do Ibama em Santa Catarina, pois assim esta contratação se enquadra, tendo como base as demandas do contrato em vigor, adequadas às demais necessidades desta Autarquia.

2.7. O serviço a ser contratado se enquadra nos pressupostos da Portaria nº443, de 27 de dezembro de 2018, e do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades cuja execução indireta é vedada.

2.8. Não se identifica necessidade de classificar as informações nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

2.9. Os serviços a serem contratados são classificados como "serviços comuns", uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado. A contratação pretendida encontra-se claramente definida no Termo de Referência, nos mesmos termos utilizados por contratações de mesma natureza nos Órgãos Federais de todo o país.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
DIAFI-SC	Daniela Francisco

## **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. Disponibilidade: disponibilização ao Ibama de mão de obra com dedicação exclusiva nas funções discriminadas no Termo de Referência; mão de obra qualificada; efetivo controle de frequência; substituição imediata em caso de ausências.

4.2. Serviço continuado: o artigo 6º da Lei nº 14.133/21 traz que serviços contínuos são aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. O serviço em tela possui natureza continuada, uma vez que é essencial para garantir um condições de segurança patrimonial, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional.

4.3. Prazo de vigência do contrato: considera-se não haver necessidade de prazo contratual superior a 12 meses, uma vez que se trata de serviço continuado podendo ser renovado até o limite de 10 anos.

4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade: deverão ser observadas as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que se afigura cabível nesse tipo de contratação, como por exemplo: adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada; racionalizar o consumo de energia elétrica; adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, conforme diretrizes adotadas pelo contratante.

4.5. Exigências de qualificação técnica: dada a complexidade do objeto, bem como sua essencialidade, entende-se necessária a exigência de qualificação técnica da Contratada, em compatibilidade com os quantitativos demandados na contratação.

4.6. Exigências de qualificação financeira: dado o vulto considerável do valor da contratação e dada a complexidade do objeto, bem como sua essencialidade, e os riscos decorrentes de sua paralisação em função de uma eventual incapacidade econômica da Contratada em suportar os deveres contratuais, entende-se necessária a exigência de qualificação econômico-financeira. As exigências serão aquelas sugeridas no modelo de Termo de Referência disponibilizado aos órgãos contratantes.

4.7. Exigências de qualificação técnico-operacional: Considera-se imprescindível para a adequada execução do serviço que o fornecedor possua, durante a vigência do contrato, escritório contendo estrutura administrativa mínima, em município da Grande Florianópolis. Tal exigência não possui caráter limitante à competitividade, e só será feita à empresa vencedora, mediante prazo a partir da assinatura do contrato. Tal exigência se justifica pelos seguintes aspectos:

4.7.1. Agilidade na reposição de postos: garantia de que faltas ou intercorrências nos postos de vigilância (que não podem ficar desguarnecidos) sejam supridas imediatamente por uma reserva técnica baseada no escritório local;

4.7.2. Fiscalização direta e imediata: necessidade de o preposto estar presente para reuniões emergenciais e acompanhamento técnico contínuo, dada a natureza crítica da segurança armada;

4.7.3. Gestão logística de armamento e equipamentos: a estrutura local permite a guarda, manutenção e conferência de registros de armas e munições;

4.7.4. Gestão de pessoal e treinamento: Ponto de apoio para entrega de uniformes, EPIs, e realização de reciclagens obrigatórias dos vigilantes.

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.9. Deverá ser exigida garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas no contrato.

4.10. Não se identifica necessidade de o contratado promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que o objeto da contratação é amplamente praticado no mercado e não há nenhuma especificidade no caso concreto que a justifique.

4.11. O serviço será executado nos horários e jornadas descritos no Termo de Referência.

4.12. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas na execução do serviço é o constante do Termo de Referência, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO fornecida pelo Ministério da Economia.

4.13. O licitante deverá declarar de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, sendo suas obrigações e as do contratante aquelas previstas no Termo de Referência.

4.14. A data de início da prestação do serviço é 4/9/2026, data na qual a Contratada já deverá estar apta a colocar em pleno funcionamento todos os serviços especificados, com a respectiva mão de obra.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis para atendimento à demanda.

5.2. No presente caso, as soluções usuais de mercado são aquelas fornecidas aos órgãos públicos pelas empresas privadas, na forma de serviços terceirizados, após procedimentos licitatórios. As empresas que atuam no mercado prestam serviços especializados não para alguma função técnica especificamente, mas são especializadas na administração de mão de obra.

5.3. A realização de serviço de vigilância armada é efetivada através de disponibilização de mão de obra qualificada por empresas do ramo, com capacidade operacional adequada para manter pessoal, materiais, insumos e EPI'S em perfeitas condições. Considerando tal especificidade, inferem-se duas soluções possíveis para o atendimento da necessidade:

- Solução 1: Contratação de posto de serviço especializado com o fornecimento de todos os materiais, insumos e EPI's necessários;

- Solução 2: Disponibilização de pessoal próprio especializado, com aquisição e manutenção de materiais, insumos e EPI's.

5.4. Observando-se as duas soluções, destaca-se que o Ibama não dispõe de meios próprios ou pessoal especializado para atender as demandas de vigilância ostensiva de suas instalações e patrimônio.

5.5. Entende-se que a contratação de empresa especializada se mostra mais razoável e econômica para Administração, visto que toda a operação do serviço ficará a cargo de uma única contratada, facilitando a logística de atendimento e fiscalização do futuro contrato.

5.6. Tal metodologia é a adotada no âmbito de toda a Administração Pública, com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, incluindo todos os insumos necessários para a correta prestação do serviço.

5.7. Entende-se, ainda, que não deve ser permitida a participação de cooperativas, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.967/24, que institui o Estatuto da Segurança Privada. Em seu artigo 2º, parágrafo único, estabelece que é vedada a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma.

5.8. Em termos de justificativa econômica, neste caso, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que a contratação de pessoal terceirizado.

5.9. O modelo em execução no Ibama nos contratos mais recentes para o mesmo objeto, além de não demonstrar necessidade de inovação, é ainda o modelo utilizado pelos demais órgãos da administração pública federal.

5.10. O local de prestação de serviço será o edifício antigo da Superintendência em Florianópolis (Avenida Mauro Ramos, 1113, Centro).

5.11. O serviço será executado utilizando-se mão de obra contratada de acordo com a legislação trabalhista, obedecidas também outras disposições estabelecidas em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho ou instrumento equivalente, celebrado entre as entidades sindicais patronal e laboral, homologados no Ministério do Trabalho, cumprindo-se os horários e rotinas estabelecidas no Termo de Referência.

5.12. Não se trata de situação que justifique audiência pública para coleta de contribuições para definir a solução mais adequada.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação de serviços de vigilância armada por mão de obra com a necessária qualificação e dentro dos parâmetros desejados pelo Ibama, conforme descrito no Termo de Referência, incluindo todos os insumos e EPI'S necessários, vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana.

6.2. Não se vislumbra a necessidade de materiais específicos cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação.

6.3. A contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

6.4. A licitação deverá ser realizada em itens reunidos em um único grupo.

6.5. O registro da frequência (controle de ponto) dos profissionais em serviço ficará a cargo da Contratada.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O método para a estimativa das quantidades a serem contratadas será a experiência dos exercícios anteriores, a atual situação contratada, e a demanda prevista, conforme tabela abaixo:

7.1.1. Edifício do Ibama na Avenida Mauro Ramos, em Florianópolis:

Especificação	Demanda Atual	Demanda Prevista
Posto de vigilância armada 12 horas diurno todos os dias do mês, em turnos de 12x36 horas	1 posto	1 posto
Posto de vigilância armada 12 horas noturno todos os dias do mês, em turnos de 12x36 horas	1 posto	1 posto

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 366.684,24

9.1. Valor estimado total da contratação para 12 meses: R\$366.684,24 (trezentos e sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), conforme custos unitários na tabela contida no item 1.1 do Termo de Referência.

9.2. A estimativa de preços foi realizada com base em planilhas de custo e formação de preços elaboradas pela Administração, em conformidade com a IN nº 5/2017 e com a Convenção Coletiva de Trabalho SINDESP/SC em vigor.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra geral, sabe-se que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. Entretanto, trata-se de dispositivo que não traz uma regra absoluta pelo parcelamento ou não do objeto. Há que se avaliar, para cada tipo de contratação, se o parcelamento é benéfico ou não para a consecução dos objetivos, sob os pontos de vista técnico e econômico.

9.3. No caso dos serviços terceirizados, como é a situação presente, é notório que as empresas que atuam no mercado prestam serviços especializados não para alguma função técnica especificamente, mas sim especializados na administração de mão de obra.

9.4. Situação diferente ocorre no caso da prestação de serviços técnicos, com maior grau de especialização, como de manutenção predial, serviços de engenharia em geral, informática etc., cujas empresas prestadoras atuam de forma segmentada no mercado. Nesses casos, como regra, o parcelamento trará uma maior competitividade aos certames, com a tendência de obtenção de melhores preços.

9.5. O serviço em tela deverá ser realizado de forma global, uma vez que não se torna razoável (técnica e economicamente) sua divisão, por sua própria natureza, devendo uma só empresa ficar a cargo da proteção do patrimônio do Ibama.

9.6. Tecnicamente é mais adequado ao Ibama em Santa Catarina que, embora a licitação venha a apresentar itens distintos, os mesmos estejam reunidos em um único grupo, de modo a preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que se trata de serviço de vigilância com somente um posto de serviço diurno e um posto de serviço noturno, no mesmo local de atuação.

9.7. O parcelamento do objeto em itens, porém reunidos em um único grupo, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação. Visa, tão somente, assegurar a gerência adequada da contratação, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não há contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10.2. A presente contratação ocorre de forma independente, não havendo necessidade de qualquer outra para que possa surtir seus efeitos.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A contratação está alinhada aos planos institucionais do Ibama em Santa Catarina, por meio da garantia da integridade do acervo físico e patrimonial.

11.2. A contratação está contemplada no Plano de Contratações Anuais (PCA 2026) da Superintendência Estadual do Ibama em Santa Catarina, conforme documento SEI 26470669.

11.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 03659166001931-0-000016/2026;
- Data de publicação no PNCP: 15/5/2025;
- Id do item no PCA: 12.

11.4. Não se trata de situação que justifique audiência pública para coleta de contribuições para definir a solução mais adequada.

## **12. Reajuste de custos decorrente do mercado**

12.1. A Administração deverá atentar para que o reajustamento dos preços dos insumos e materiais a serem fornecidos seja regido pela adoção de índices setoriais ou específicos. Caso inexistam índices setoriais ou específicos, deverá ser adotado o índice geral de preços que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou, ainda, em caráter subsidiário, verificar se existe, no mercado, algum índice geral de adoção consagrada para o objeto contratado. Não havendo índices com uma dessas características, deve ser adotado o reajustamento pelo IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

12.2. Na presente contratação será adotado o IPCA, uma vez que os únicos itens não relacionados à mão de obra (ou seja, que não são regidos por Convenção Coletiva) sujeitos a reajustamento não possuem índice setorial ou específico, quais sejam: transporte (regido por legislação local em cada município abrangido), uniformes, materiais e equipamentos.

## **13. Opção pela Conta-Depósito Vinculada**

13.1. A Conta-Depósito Vinculada é instrumento de gestão e gerenciamento de riscos para as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra pela Administração Pública Federal.

13.2. Considerando que o saldo existente na Conta-Depósito Vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, verifica-se que a Administração possuirá controle mais adequado da correta execução das obrigações trabalhistas por parte do contratado, mitigando possíveis riscos futuros com ações trabalhistas de colaboradores que vierem a participar da prestação dos serviços.

13.3. Além disso, a Superintendência do Ibama em Santa Catarina já possui experiência na utilização de tal ferramenta, e não haverá custo adicional ao contratado.

## **14. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

14.1. Em termos de economicidade: os limites máximos aceitáveis dos preços são calculados com base nos salários praticados de acordo com os Acordos ou Dissídios Coletivos da categoria profissional. A realização de licitação busca a maximização da concorrência, o que resulta em melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

14.2. Em termos de eficácia: disponibilidade de mão de obra em tempo integral para execução de atividades acessórias, complementares e de apoio essenciais ao bom desempenho da instituição.

14.3. Em termos de eficiência: solução dimensionada de acordo com as reais necessidades identificadas pelo Ibama.

14.4. Em termos de melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais: os serviços serão objeto de execução indireta, com mão de obra, materiais e utensílios fornecidos pelo contratado. Para execução dos serviços serão utilizados os espaços físicos do Ibama.

14.5. Em termos de impactos ambientais positivos: será de responsabilidade da contratada observar o cumprimento da legislação ambiental aplicável, caso pertinente, além das determinações e recomendações constantes do Termo de Referência.

## **15. Providências a serem Adotadas**

15.1. A Instrução Normativa SEGES nº 5/2017 contempla o regramento acerca do acompanhamento e fiscalização dos contratos, bem como o Ministério da Economia, a Advocacia-Geral da União e o Tribunal de Contas da União disponibilizam em seus sítios eletrônicos Manuais de Licitações e Contratos e Manuais de Fiscalização Contratual que servem de parâmetro à atuação dos fiscais de contratos.

- 15.2. A prestação dos serviços não demandará adequação de ambientes para que a contratação surta os efeitos desejados.
- 15.3. Não se considera necessária a capacitação específica de servidores para atuar na contratação e fiscalização do serviço a ser contratado
- 15.4. Atividades necessárias à contratação:

Atividade	Responsável
Planejamento da contratação	Equipe Planejamento
Disponibilidade orçamentária	DIAFI-SC
Análise jurídica	PFE
Realização da licitação	ELIC-SC
Trâmites para assinatura de contrato	ELIC-SC
Assinatura de contrato	SUPES-SC

16. Possíveis Impactos Ambientais

- 16.1. Não há previsão de impacto ambiental resultante desta contratação.
- 16.2. Ações a serem adotadas pelo futuro contratado, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias:
- 16.2.1. O contratado deverá instruir seus funcionários a evitar o desperdício da água potável;
- 16.2.2. O contratado deverá instruir seus funcionários a racionalizar o consumo de energia elétrica;
- 16.2.3. O contratado deverá instruir seus funcionários a adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, conforme diretrizes adotadas pelo contratante.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Nos termos da legislação em vigor, e caso as especificações expostas neste Estudo Técnico Preliminar sejam adotadas, entende-se viável a contratação proposta para que atinja seus objetivos.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALBERTO WELLINGTON DE ARAUJO XAVIER

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 13:59:46.

**KOICHIRO MAEDA**

Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 14:56:38.*

Despacho: Aprovo o ETP tendo em vista a necessidade da contratação e a conformidade das condições nele estabelecidas, no sentido de promover a manutenção das atividades essenciais do IBAMA/SC.

**PAULO DA COSTA MAUES FILHO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 15:56:52.*